



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Ana Margarida Ferreira Alves

**ESTUDO ACERCA DA FIABILIDADE E VALIDADE DO
DESENHO DA FAMÍLIA CINÉTICA**

VOLUME 1

Dissertação no âmbito do Mestrado de Psicologia da Educação, Desenvolvimento e
Aconselhamento orientado pelo Professor Doutor Marcelino Arménio Martins Pereira

Setembro de 2019

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Marcelino Pereira, orientador desta dissertação, agradeço por todo o incentivo, transmissão de conhecimentos, pela sua disponibilidade, apoio e rigor com que sempre me orientou.

Aos órgãos de gestão do Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo, pela disponibilidade, interesse e colaboração que demonstraram para com este trabalho e a todos (as) os (as) professores (as).

Um grande agradecimento a todos os pais e crianças que participaram nesta investigação, pelo interesse e colaboração, pois sem eles teria sido impossível realizar este estudo.

À minha família, em especial aos meus pais e irmão, pelo apoio e força incondicional que me deram para superar todos os desafios e por acreditarem sempre em mim. Um enorme agradecimento por terem tornado tudo isto possível, sem eles nunca teria chegado ao fim desta etapa.

À Helena, a minha amiga de sempre, que me apoiou em todos os momentos e nunca me deixou desistir.

Às minhas amigas, Marina, Lara e Sofia, a segunda família que conquistei graças a esta cidade que levo para a vida.

À Christelle, que mesmo longe, me acompanhou sempre, principalmente nesta fase final.

A todos os que não mencionei, mas que contribuíram para que o meu sonho se realizasse, obrigada.

Resumo

O Desenho da Família Cinética é uma técnica de avaliação projetiva que pretende avaliar as percepções das crianças relativas aos vínculos familiares através da realização de um desenho que tem como instrução “desenhar a sua família a fazer alguma coisa”.

Dada a escassez de investigação neste domínio, esta investigação tem um carácter exploratório e teve como objetivo principal analisar a frequência das temáticas abordadas pelo Desenho da Família Cinética, bem como a adequabilidade dos critérios de correção deste instrumento, considerando o contexto português numa escola no Nordeste do país. A amostra é constituída por 50 alunos, distribuídos equitativamente por ambos os sexos, com idades compreendidas entre os 7 anos e 0 meses e 8 anos e 11 meses. A adequabilidade dos critérios de correção desta prova foi realizada a partir da análise da frequência dos diferentes indicadores que a compõem, fazendo, igualmente, uma análise de cariz mais qualitativo referente aos indicadores que não se integravam no Manual Interpretativo do instrumento. A análise empírica foi realizada através do *software* estatístico SPSS. Os resultados demonstraram que é necessário proceder-se a uma atualização dos indicadores de análise do DFC, sendo que o que se pode considerar como desviante numa cultura, numa outra poderá ser normativo. Numa perspetiva mais qualitativa, os resultados apontam para a necessidade de incluir novos itens e categorias no instrumento de avaliação, bem como o aperfeiçoamento relativo à cotação dos mesmos, o que minimizará a interferência da subjetividade do avaliador na cotação da prova.

Palavras-Chave: Desenho da Família Cinética; Desenho da Família; Estádios de Desenvolvimento do Desenho; Técnicas Projetivas.

Abstract

Kinetic Family Drawing is a projective assessment technique that aims to assess children's perceptions of family ties, by drawing “your family doing something”.

Due to the lack of research in this field, we aim to explore and investigate the normative frequency of the themes approached by the Kinetic Family Drawing, as well as the adequacy of the correction criteria of this instrument, considering the Portuguese context in a school in the northeast of the country. The sample consists of 50 students, equally distributed between both genres, aged between 7 years and 0 months old and 8 years and 11 months old. The appropriateness of the correction criteria for this test was performed by analysing the frequency of the different indicators that compose it and by doing a more qualitative analysis regarding the indicators that were not included in the Interpretive Manual of the instrument. The empirical analysis was performed using SPSS statistical software. The results showed that it is necessary to update the KFD analysis indicators, and what can be considered idiosyncratic in a culture, can be normative in another. In a more qualitative perspective, the results show that it is necessary to include new items and categories in the assessment instrument and to improve their quotation, which will minimize the interference of the subjectivity of the evaluator in the test quotation.

Keywords: Kinetic Family Drawing; Family Drawing; Drawing Development Stages; Projective Techniques.

Índice

Introdução.....	1
Enquadramento Conceptual	3
Perspetiva Diacrónica da Análise do Desenho	3
O desenho como técnica de avaliação de dimensões cognitivas	4
O desenho como técnica projetiva.....	8
Metodologia.....	13
Objetivos.....	13
Participantes	13
Instrumentos	14
Procedimentos.....	17
Resultados	19
Discussão	25
Conclusão.....	26
Referências	28
Anexos	31

Lista de Siglas e Abreviaturas

DFC – Desenho da Família Cinética

M – Média

DP- Desvio-Padrão

N – Dimensão da Amostra

NEMI – Nova Escala Métrica de Inteligência

TPCT – Teste de Pensamento Criativo de Torrance

TAT – Thematic Apperception Test

HTP – House-Tree-Person Test

SPSS - Statistical Package for Social Sciences

SOI - Structure of Intellect

Lista de Tabelas

Tabela 1. Caracterização da Amostra.....	14
Tabela 2. Frequência da Presença dos Indicadores previstos na Grelha de Análise	20
Tabela 3. Frequência das Categorias Recolhidas na Análise do DFC	23

Lista de Anexos

Anexo I. Pedido de Colaboração para a Realização de um Projeto de Investigação

Anexo II. Consentimento Informado dos Encarregados de Educação

Introdução

O presente trabalho insere-se num projeto mais vasto, e de natureza intercultural, que tem como principal objetivo investigar evidências de validade e fiabilidade para o uso do Desenho da Família Cinética (*Kinetic Family Drawing- KFD*) em contextos escolar e clínico. Nesta dissertação o objetivo é muito mais modesto e constitui a primeira etapa desse projeto através de um estudo exploratório que visa fundamentalmente analisar a frequência normativa das temáticas abordadas pelo DFC, tendo em conta a sua eventual associação com indicadores de psicopatologia, que não deverão ser lidos no âmbito de uma grelha interpretativa universal, mas que, eventualmente, deverá atender às especificidades culturais, que poderão condicionar a leitura dos resultados, que é feita com base num referencial dos processos latentes à produção gráfica. Ou seja, poderá haver itens pertencentes às características esperadas nos desenhos de determinadas culturas (nomeadamente a Norte-Americana, na qual o teste foi concebido) que indicam um vínculo familiar saudável, mas que noutro contexto cultural poderão indicar conflitualidade. A situação inversa poderá ser igualmente verdadeira.

O Desenho da Família Cinética, desenvolvido por Burns e Kaufman (1970), pretende analisar as perceções e atitudes das crianças relativamente aos vínculos familiares através da realização de um desenho que tem como premissa “desenhar a sua família a fazer alguma coisa”. Este instrumento difere das demais técnicas projetivas acerca da família por ter a dimensão cinética, conferindo movimento ao desenho. Desta forma, assume-se que são descritas importantes dinâmicas familiares, fornecendo uma maior perceção dos sentimentos, papéis, influências e interação da criança no seio do seu sistema familiar (Klumpp, 2017; Knoff & Prout, 1985).

Ao longo dos séculos, o estudo acerca do desenho infantil tomou várias formas, foi abordado tendo como referência diferentes racionais teóricos e analisado com diferentes propósitos, uns de natureza cognitiva e outros de natureza socioafectiva. No primeiro caso, o desenho funcionaria como expressão do desenvolvimento global, surgindo como uma proposta psicométrica, na tentativa de avaliar características emocionais. Na segunda perspetiva, o desenho seria uma forma de aceder à análise da personalidade da criança, afirmando que os elementos gráficos do desenho poderiam melhor descrever o sujeito do que o desenho propriamente dito (Silva, Pasa, Castoldi & Spessatto, 2010). Essas oscilações foram fundamentadas tendo como referência o paradigma dominante de cada época nos domínios da psicologia, da pedagogia e da filosofia (Fawson, 2009).

Sabe-se que o uso das técnicas projetivas, nomeadamente o desenho infantil, como forma de avaliar os aspetos da personalidade de crianças continua a ser muito usual no processo de avaliação psicológica. No entanto, deparamo-nos com um paradoxo, visto não existir, praticamente, investigação nesta área, mas em simultâneo, assistimos, frequentemente, ao uso quase generalizado do desenho como procedimento/técnica de avaliação psicológica. Em 1983,

Prout realizou uma pesquisa acerca da frequência da utilização destas técnicas por profissionais da área. Os resultados demonstraram que técnicas como os desenhos da figura humana eram usados por 83% dos profissionais, o desenho da Casa-Árvore-Pessoa por 63% dos profissionais e o Desenho da Família Cinética por 62% (Knoff & Prout, 1985). Em 2016, Oakland, Douglas e Kane conduziram um estudo realizado em 64 países com o mesmo intuito. Os resultados revelam que o desenho da figura humana aparece em 8º lugar num total de 10 testes (Oakland, Douglas & Kane, 2016).

Neste contexto, deveremos ainda destacar que o recurso ao desenho infantil como técnica de avaliação psicológica poderá ser perspectivado como uma ferramenta fundamental para aceder a dimensões de natureza socioemocional que são decisivas no processo de ensino-aprendizagem. Desta forma, poderá contribuir para a promoção da melhoria dos contextos de aprendizagem, pois é um facto plenamente reconhecido que, para além das dimensões de natureza intelectual, a motivação, o ajustamento emocional, o ambiente familiar, entre outras, têm igualmente um papel decisivo (Koppitz, Sullivan, Blyth & Shelton, 1959; Willcock, Imuta & Hayne, 2011).

Perspetiva Diacrónica da Análise do Desenho

Na primeira metade de 1700, a infância bem como o desenho infantil eram desvalorizados, interpretando o desenho como uma atividade lúdica, contribuindo para o seu descrédito relativamente à importância que poderia assumir para o desenvolvimento e aprendizagem (Cox, 2005, citados por Fawson, 2009; Viola, 1942). Em contrapartida, o Século 18, dominado pelo iluminismo e dando particular destaque ao pensamento de Rousseau (1712-1778) acerca do desenvolvimento e aprendizagem da criança, ocasionou uma nova abordagem para analisar o desenho infantil. Para este filósofo francês, era imperativo a criança ser livre para se expressar e para desenvolver a sua imaginação e criatividade, para isso o desenvolvimento dos sentidos era fundamental, neste contexto a criança passaria a ser vista como um artista, atingindo assim, um estatuto diferenciado, um ser individual em desenvolvimento. Desta forma, o desenho infantil torna-se um alvo de interesse para os investigadores (Fawson, 2009).

A partir deste período, assistimos a um interesse crescente pela análise do desenho infantil, considerando-o um meio privilegiado para compreender o desenvolvimento global da criança. Pretendia-se demonstrar que havia ligações entre a maturação cognitiva e física, usando meios para analisar a arte infantil, desenvolvendo teorias acerca do desenho relacionadas com a idade cronológica da criança (Fawson, 2009). Nesta fase, poderemos referir que a análise do desenho infantil se focava fundamentalmente nas questões referentes ao desenvolvimento cognitivo, não sendo ainda considerado como uma forma de aceder aos processos de natureza afetiva e que estruturariam o desenvolvimento humano.

Em 1905, Binet e Simon, a quem devemos a primeira escala de inteligência (Nova Escala Métrica de Inteligência-NEMI), na tentativa de avaliarem características intelectuais, fazem uso do desenho de forma a este ser empregue em testes de desenvolvimento mental e em outros protocolos de avaliação muito específicos (Kolck, 1984, citado por Silva, Pasa, Castoldi & Spessatto, 2010). Wechsler (2003, citado por Silva, Pasa, Castoldi & Spessatto, 2010) afirma que a investigação relacionada com o Desenho da Figura Humana surge associada ao investigador Lamprecht, em 1906, através de comparações dos desenhos de crianças de diferentes países pretendendo encontrar pontos em comum nos traços e conceitos. No mesmo período, em 1907, o pedagogo francês Claparède propôs um estudo em que o foco principal era definir os estádios de desenvolvimento do desenho, com a intenção de verificar se existia uma relação entre a aptidão para o desenho e a capacidade intelectual geral (Kamphaus & Pleiss, 1991).

Em 1926, Florence Goodenough desenvolve um teste denominado “*Draw a Man*”, a autora demonstra a relação existente entre a evolução dos aspetos relacionados com os desenhos, nomeadamente, os traços ou as características da figura humana e o desenvolvimento global da criança. Neste sentido, o desenho infantil poderia assumir-se como uma medida de inteligência. A

escolha do desenho de um homem regeu-se pela premissa que essa figura seria universal e o referencial major das crianças (Malchiodi, 1998; Weschler & Schelini, 2002). Embora o teste possuísse muitas vantagens, entre elas, (1) a possibilidade de aplicação individual ou coletiva, (2) o tempo de aplicação reduzido e (3) a necessidade de poucos recursos (uma folha em branco e um lápis), foi amplamente criticado tendo em conta a sua fraca confiabilidade, exigindo alguma subjetividade ao examinador aquando da cotação dos itens, devido à imprecisão dos critérios que a definia, originando à sua desvalorização (McCarthy, 1944).

Na década de 40 do século 20, o desenho infantil adquire um novo estatuto ou uma nova função e passa a ser visto como um meio privilegiado de avaliar a personalidade e o ajustamento psicológico, assistindo-se ao incremento das técnicas projetivas. Deste modo, os desenhos eram utilizados de forma a se poder analisar a expressão e motivação das crianças, devendo assim, poder interpretar-se o seu estado emocional. O exemplo mais paradigmático é o de Karen Machover, que, em 1949, desenvolve um teste semelhante ao de Goodenough, denominado de “*Draw-a-Person*”, que tinha como referência a análise das partes do corpo, bem como os tamanhos e formas dos desenhos, segundo uma perspectiva projetiva, de forma a avaliar a personalidade. No entanto, e à semelhança de Goodenough, os critérios de análise/cotação deste teste foram considerados vagos, observando-se fraco acordo inter-avaliadores, potenciando interpretações fortemente subjetivas (Fawson, 2009).

Em 1967, Corman, ainda dentro do racional do desenho como técnica projetiva, propôs um teste denominado “Desenho da Família”. O seu principal objetivo seria o de avaliar a personalidade da criança e os aspetos relacionados com a representação da sua família, nomeadamente, sentimentos relativos aos progenitores, rivalidades, conflitos, medos, desejos, relações e ambiente familiar.

Dentro do mesmo racional teórico, surge, em 1970, outro instrumento de avaliação psicológica denominado de “*Kinetic Family Drawing*” elaborado por Burns e Kaufman, de forma a interpretar estados emocionais ou psicológicos das crianças, bem como os seus vínculos familiares. À semelhança dos testes já referidos anteriormente, também este foi alvo de críticas, nomeadamente, no que se refere à sua fidelidade, registando-se fraca convergência na análise dos resultados (Fawson, 2009).

O desenho como técnica de avaliação de dimensões cognitivas

Feita uma apresentação geral do uso do desenho como técnica de avaliação psicológica, tendo como referência o friso cronológico, vamos agora abordar nesta seção o recurso ao desenho como meio de avaliação da capacidade intelectual da criança. É também neste contexto que surgem as primeiras tentativas de conceção dos estádios de desenvolvimento do desenho infantil, tópico que também referenciaremos nesta secção.

James Sully e Ebenezer Cooke, em 1885, são habitualmente referenciados como os precursores deste movimento. A partir desse trabalho, assiste-se a um crescente interesse pela descrição dos desenhos das crianças e pela operacionalização de critérios para determinar os seus estádios de desenvolvimento (Harris, 1963; Thomas & Silk, 1990, citados por Fawson, 2009). Posteriormente, em 1905, Kerschensteir propôs uma teoria de três estádios de desenvolvimento dos desenhos baseada nas suas características e nas faixas etárias das crianças. O primeiro estágio seria os desenhos esquemáticos, de seguida, os desenhos em termos de aparência visual e, por último, os desenhos que pretendessem representar o espaço tridimensional. Seguiu-se Rouma, em 1913, que definiu 10 estádios do desenvolvimento do desenho, no entanto, concentrou-se, fundamentalmente, na análise do desenho da figura humana (Fawson, 2009).

No mesmo ano, Luquet, em França, concebeu um quadro teórico, que prevalece até aos dias de hoje. De acordo com Luquet (1974), os desenhos infantis agregam cinco dimensões, que deverão ser consideradas na sua análise, sendo as mesmas, a intenção do desenho, a sua interpretação, o tipo, o modelo interno e o desenho colorido. A intenção refere-se à ideia de que a criança faz um desenho para se divertir, podendo dedicá-lo a uma pessoa ou a si próprio. Embora seja frequente o aparecimento de figuras humanas no desenho de crianças, também pode aparecer outro tipo de figuras como objetos, seres, paisagens, entre outros, estando, deste modo, diretamente ligado ao meio envolvente da criança. Relativamente à interpretação, esta pode estar diretamente associada ao traçado de um objeto conhecido da criança ou ao seu estado de espírito naquele momento. No que se refere ao tipo, podem identificar-se dois tipos distintos: a conservação, que confere estabilidade à forma como se faz o desenho; e a modificação, que confere mudança ao desenho. O tipo de desenho dá origem a um modelo interno, que é uma realidade psíquica existente na criança dando origem à reprodução dos desenhos naturais ou dos desenhos copiados. Por último, quando a criança opta por colorir o seu desenho, o cromatismo poderá ter duas funções, a primeira será meramente decorativa e a segunda terá uma função simbólica que servirá para realçar os objetos que a criança considera essenciais no desenho.

Luquet (1974) definiu 5 estádios de desenvolvimento do desenho infantil baseados num modelo interno, sendo eles (1) a garatuja, que se refere às idades compreendidas entre os 0 meses e os 2 anos e meio. Nesta fase a criança limita-se a desenhar traços e marcas individuais sem ser possível reconhecer figuras, a sua intenção é meramente lúdica e integra-se na exploração sensório-motora geral; (2) o realismo fortuito, entre os 2 anos e meio e os três anos e meio, no qual não existe uma intenção de desenhar algo mas que pode ter uma interpretação, sendo que algumas crianças podem, ainda, falhar na coordenação entre as partes do corpo; (3) o realismo falhado, entre os 3 anos e meio e os 5 anos, é nesta fase que se alcança o desenho propriamente dito, no entanto, a criança debate-se com certos obstáculos por não conseguir obter o desenho real do objeto, devendo-se à falta de controlo dos seus movimentos e/ou à falta de atenção para incluir todos os detalhes. Neste estágio, por norma, a criança tende a basear-se em esquemas ou desenhos mais simples de executar; (4) o realismo intelectual, compreende a faixa etária entre os 5 e os 8 anos. Neste estágio o desenho já é inteiramente realista, a criança desenha tudo o que conhece

acerca do objeto em questão, contendo todos os elementos que lhe pertencem, incluindo aqueles que não são vivíveis, denominando-se por desenhos de transparência ou raio-x (ex: desenha uma grávida mais o bebê); por último, (5) o realismo visual, inicia-se aos 8 anos e a criança começa a desenhar respeitando a perspectiva, tenta ainda retratar com profundidade, estabelecendo ligações entre os objetos do desenho (Bazarra, 1999; Chappell & Steitz, 1993).

O trabalho desenvolvido por Luquet poderá ser considerado como aquele que teve maior impacto, influenciando as teorias e modelos subsequentes do desenvolvimento do desenho, nomeadamente, no trabalho desenvolvido por Piaget, em que a ênfase dada ao desenho é resperspetivada como uma dimensão do desenvolvimento cognitivo (Bazarra, 1999).

Na sequência do trabalho de Luquet a investigação sobre o desenho infantil sofre um crescimento exponencial e tem como fim último a possibilidade de encontrar no desenho uma medida fiável da capacidade intelectual da criança (Abell, Wood, & Liebman, 2001). Neste contexto, autores como, por exemplo, Naglieri, defendem que o uso do desenho num processo de avaliação psicológica é fundamental, sobretudo em situações muito específicas como seriam os casos de crianças resistentes aos tradicionais métodos de avaliação (Haggod, 2003).

Neste sentido, é possível identificar vantagens no recurso ao desenho como técnica de avaliação psicológica alternativa e/ou complementar aos tradicionais métodos de avaliação. No conjunto dessas vantagens deverão salientar-se o facto de o desenho não requerer respostas verbais; o desempenho ser menos condicionado por variáveis de natureza linguística; a sua aplicação poder ser realizada individual ou coletivamente, o que permitirá economizar tempo; requer poucos recursos, habitualmente o uso de um lápis e uma folha de papel são as ferramentas necessárias; por último, acresce que a sua aplicação é rápida (McCarthy, 1944; Abell, Wood, & Liebman, 2001). Em seguida, apresentamos o elenco de alguns testes de desenho que se assumem como medidas de natureza intelectual, particularmente o (1) Desenho da Dama de Fay, (2) Desenho da Figura Humana de Goodenough, (3) Teste de Pensamento Criativo de Torrance e (4) Desenho da Figura Humana de Naglieri.

Teste do Desenho da Dama de Fay

Em 1924, o médico francês H. M. Fay concebe um teste de desenho, que ficará conhecido como “Desenho da Dama de Fay”. O seu objetivo era determinar o nível mental de crianças segundo a realização de um desenho composto por uma determinada cena, após lhe ser fornecida uma determinada instrução verbal (Da Costa, 1952).

Esta prova aplica-se a crianças dos 6 aos 10 anos. A instrução que é dada para a execução da tarefa é simples: “uma mulher passeia e chove”. Toda a classificação do desenho parte desta premissa. A aplicação poderá ser individual ou coletiva. O material necessário cinge-se a um lápis e folha branca, não sendo permitida a utilização de borracha. A prova é cronometrada e deverá ser executada num período máximo de 10 minutos. Nas situações em que se revele necessário, a

criança poderá continuar a execução da prova durante mais 5 minutos (Bardin, 2013; Da Costa, 1952).

A classificação do desenho faz-se tendo como referência cinco elementos, (1) uma mulher, (2) que passeia, (3) local onde passeia, (4) está a chover e (5) abriga-se da chuva. A criança, para ter a cotação máxima na prova, deve reconhecer atributos femininos, conferir a ideia de movimento ao desenho, enquadrar uma paisagem como casas, árvores, entre outros, onde esteja a chover (traços de chuva) e, por último, desenhar um guarda-chuva ou capuz, de forma a resguardar a mulher da chuva. Caso a criança representasse todos os elementos mencionados anteriormente seria possível predizer que se encontrava desenvolvida ao nível dos processos de imaginação, memória e atenção (Bardin, 2013; Da Costa, 1952).

Desenho da Figura Humana de Goodenough

Em 1926, Florence Goodenough apresenta o primeiro trabalho com critérios relativamente bem operacionalizados para a análise do desenho da figura humana como medida de desenvolvimento intelectual. A prova fica conhecida com a designação de “Teste da Figura Humana de Goodenough” (Cunha, 2009; Hagood, 2003).

O trabalho desenvolvido por Goodenough tornou-se um clássico e foi construído de forma a ser um instrumento com boa validade e fiabilidade. Embora a sua pesquisa fosse em torno de uma medida de inteligência geral, ela não descartou a hipótese, de mais tarde, poder abrir caminhos para considerações mais aprofundadas sobre o uso da figura humana como um meio para atingir a análise da personalidade da criança (Hagood, 2003). Os critérios para a cotação do teste foram definidos tomando como referência 51 itens que avaliavam diferentes dimensões do desenho, como, por exemplo, a estabilidade das linhas e a proporção das partes do desenho. A pontuação era dicotómica e assente na presença (1 ponto) ou ausência (0 pontos) de um determinado elemento. No entanto, o que se veio a constatar foi uma grande variabilidade na cotação da prova em função do avaliador que, face à fraca operacionalização dos critérios de cotação, introduzia uma forte subjetividade no processo, o que, em parte, contribuiu para o descrédito do instrumento (McCarthy, 1944).

Em 1963, a escala de Florence Goodenough foi revista e expandida por Dale Harris. O autor adicionou mais dois desenhos a este trabalho, sendo eles (1) o desenho de uma mulher e (2) o desenho da própria criança. Introduziu ainda mais 22 itens comparativamente à versão original, correspondendo à classificação de detalhes, posição e proporção das figuras (Cunha, 2009; Hagood, 2003; Scott, 1981).

Além de ampliar a escala de Goodenough, Harris questionou o uso do Desenho da Figura Humana como uma medida de inteligência, preferindo introduzir o seu foco no desenvolvimento infantil, colocando em evidência a perspectiva que a criança tinha do seu corpo (Cunha, 2009).

Teste de Pensamento Criativo de Torrance

Em 1966, e tendo como referência o modelo de inteligência de Guilford (*Structure of Intellect* - SOI), surge a necessidade de avaliar a criatividade, centrada no pensamento divergente e fundamentada através de uma perspectiva psicométrica e fatorial. Desta forma, surge um novo instrumento denominado Teste de Pensamento Criativo de Torrance (TPCT), associado ao nome do seu autor, Paul Torrance (Kim, 2006; Oliveira, Almeida, Ferrándiz, Ferrando, Sainz & Prieto, 2009).

O TPCT é composto por oito testes, cinco de natureza verbal e três figurativa, sendo que o objetivo principal seria avaliar a capacidade dos indivíduos para produzir ideias diferentes e originais perante um problema particular. Desta forma, é renovado o interesse pela técnica do desenho na avaliação psicológica numa dimensão até então desconhecida, a criatividade. (Cramond, Matthews-Morgan, Bandalos & Zuo, 2005; Kim, 2006; Oliveira, Almeida, Ferrándiz, Ferrando, Sainz & Prieto, 2009).

Desenho da Figura Humana de Naglieri

Em 1988, Naglieri reabilita o teste do Desenho da Figura Humana, definindo novas instruções e preocupando-se seriamente com questões de natureza psicométrica. O autor introduziu três desenhos (homem, mulher e o próprio), com o intuito de reduzir a ambiguidade dos critérios de pontuação da escala de Goodenough e de Goodenough-Harris, tornando-se um teste mais preciso comparativamente aos anteriores, interpretando-os segundo uma medida de desenvolvimento intelectual (Hagood, 2003).

A análise dos desenhos era realizada através de um sistema de cotação quantitativa, composto por 64 itens, sendo que a pontuação total era obtida através da cotação conferida a cada um dos desenhos. O mesmo autor realizou, ainda, um sistema de cotação alternativo de forma a facultar a possibilidade de encontrar a presença de distúrbios emocionais ou comportamentais, classificando os desenhos segundo 55 itens (Haggod, 2003; Taylor & Lee, 2015).

O desenho como técnica projetiva

O incremento das técnicas projetivas dá-se depois da Segunda Guerra Mundial, constituindo-se como uma mais-valia para a psicologia clínica em particular, mas também para outros contextos de aplicação da psicologia em geral. A introdução do termo “técnicas projetivas” na literatura científica é feita por Lawrence Frank, em 1939, ainda que o aparecimento de algumas delas o antecedam. As manchas de tinta de Rorschach de Hermann Rorschach, em 1920, e o TAT de Henry Murray, em 1935, são dois exemplos. No entanto, é, efetivamente, a partir de 1939, que estes e outros testes projetivos ganham nome e começam a integrar os protocolos de avaliação psicológica sobretudo em contexto clínico (Rabin, 2001).

As técnicas projetivas caracterizam-se pela apresentação ao sujeito de estímulos suficientemente ambíguos e com instruções muito latas ou permissivas e que deverão potenciar a ocorrência de uma grande variedade de respostas por parte dos sujeitos. É de realçar que o seu racional teórico dificulta a aplicação do modelo psicométrico tradicional na sua validação, não sendo aconselhável aplicá-lo na íntegra, no entanto, torna-se importante encontrar uma solução de compromisso que as aproxime do mesmo sem que desvirtue as suas especificidades (Miguel, 2014; Wagner, 2003).

Ao longo dos anos, estas técnicas têm-se deparado com alguns entraves, nomeadamente, a associação das mesmas à perspectiva psicanalítica, a natureza subjetiva da avaliação, a fraca robustez psicométrica, entre outras. Deste modo, torna-se fundamental desmistificar a ideia que as mesmas se associam, exclusivamente, ao modelo teórico da psicanálise, considerando que estas nos remetem para o simbólico, para os afetos, emoções, expectativas e interesses que não têm que estar necessariamente num plano inconsciente, mas sim consciente, conduzindo-as para outros quadros teóricos (Miguel, 2014; Miller & Nickerson, 2006). A fraca validade destes testes, particularmente, como instrumentos de diagnóstico ou para a predição de comportamentos, está associada ao descrédito dos profissionais da área, tendo em consideração a diferente aplicação e a falta de rigor das propriedades psicométricas comparativamente aos testes psicométricos tradicionais. No entanto, é preciso ter presente que as mesmas são imprescindíveis na avaliação da personalidade, incluindo a sua descrição, a identificação de necessidades terapêuticas, o fornecimento de metas de tratamento e/ou selecionar intervenções e monitorizá-las segundo as necessidades do indivíduo (Meyer et. Al, 2001; Nelson-Gray, 2003, citados por Miller & Nickerson, 2006).

Por outro lado, também são conferidas às técnicas projetivas, em particular aos desenhos projetivos, vantagens na sua aplicação enquanto técnica de avaliação psicológica, nomeadamente, a facilitação no processo de avaliação de crianças, visto que, tal como já referimos anteriormente, não requer competências verbais e são um recurso económico em termos de tempo (Goldman, Stein & Guerry, 1983). É importante realçar que tudo o que seja possível extrair dos conteúdos formais dos desenhos são meramente tentativas para aceder à formulação compreensiva de um caso não permitindo a sustentação de um diagnóstico, isto é, são necessárias outras fontes para fortalecer as impressões retiradas dos mesmos. Assim, estes devem ser considerados como uma mais-valia para os procedimentos clínicos e como uma parte integrante de uma bateria de testes psicológicos, ao invés de serem considerados como um método independente de avaliação (Goldman, Stein & Guerry, 1983).

No âmbito das técnicas projetivas, o desenho assume um papel de destaque e com recurso a diferentes formatos, deste conjunto destacamos o (1) Desenho da Casa-Árvore-Pessoa, (2) Desenho da Família, (3) Desenho da Árvore, (4) Desenho da Figura Humana de Machover. Apresentamos em seguida uma síntese de cada uma destas quatro técnicas.

Desenho da Casa-Árvore-Pessoa

O teste do Desenho Casa-Árvore-Pessoa, mais conhecido como HTP (*House-Tree-Person*), foi desenvolvido por John Buck, em 1948. O autor acreditava que os desenhos de árvores e casas poderiam ter o mesmo valor que os desenhos da figura humana, dado que eram realidades familiares às crianças (Groth- Marnat, 1997; Rosset, 2005).

O objetivo principal deste instrumento é compreender os aspetos da personalidade da pessoa, assim como as interações do mesmo com outros indivíduos ou ambientes, projetando-os no desenho, assinalando as áreas de conflitos. Deste modo, era possível conhecer a imagem interna que o indivíduo tinha de si próprio e do seu ambiente, desenhando os aspetos mais importantes para ele (Buck, 2003, citado por Callegaro Borsa, 2010; Rosset, 2005).

É importante realçar que o teste tem como referência o uso do simbolismo. Assim, a casa é apropriada de uma simbolização do corpo da criança à casa paterna, indicando os eventuais sentimentos dela relativamente ao seu ambiente familiar. A árvore externalizava a perspetiva da criança face a si mesma, refletindo sentimentos profundos e inconsistentes. Por último, a pessoa refletia, conscientemente, a visão que a criança tinha de si mesma (Coelho, 1993; Groth- Marnat, 1997).

Esta prova aplica-se a crianças a partir dos 8 anos e não tem um limite de idade. A instrução dada para a execução da tarefa é: “desenha uma casa, uma árvore e uma pessoa”. O material necessário cinge-se a um lápis e três folhas brancas, sendo permitida a utilização de borracha. Após o término da prova, sem tempo limite, procede-se à realização de um inquérito, de forma a permitir à criança descrever e interpretar os objetos desenhados (Cunha, 2009; Groth- Marnat, 1997).

Teste do Desenho da Árvore

Embora a conceção deste teste seja habitualmente atribuída a Charles Koch, a literatura da especialidade revela que já anteriormente, Emílio Jucker, em 1928, teria demonstrado o potencial interesse que este instrumento poderia ter no diagnóstico psicológico, pois seria uma forma de aceder a certos “aspetos da problemática do sujeito” ou compreender a personalidade da criança, partindo da premissa de que as árvores eram possuidoras de semelhanças antropomórficas (Koch, 1969, p.9, citado por Carneiro, 1992; Carneiro & Gonçalves, 1987). No entanto, esta técnica só adquire verdadeira projeção a partir de 1949 com duas publicações de Koch, os livros “*Der Baumtest*” e “*Le diagnostic du caractere*”.

Esta prova aplica-se a crianças a partir dos 5 anos e não tem um limite de idade. A instrução dada para a execução da tarefa é: “desenhe uma árvore de frutos, o melhor que puder”. Posteriormente, os desenhos eram recolhidos e analisados de forma quantitativa e qualitativa, através de uma perspetiva grafológica empregue por Crépieux-Jamin e Pulver, caracterizada por 58 índices ou características, nomeadamente, a colocação do desenho na folha de papel, a

representação das diferentes partes constitutivas da árvore desenhada e a sua proporção. A análise qualitativa regia-se através de 3 níveis, associando o homem à árvore. O primeiro nível referia-se às raízes das árvores, simbolizando a vida instintiva e inconsciente do sujeito; o segundo nível tomava como referência o tronco, que simbolizava o Eu do sujeito; o terceiro nível correspondia à copa da árvore, refletindo a vida mental superior (Carneiro, 1992; Koch, 1969, citado por Carneiro & Gonçalves, 1987; Rosset, 2005).

Desenho da Figura Humana de Machover

O teste do Desenho da Figura Humana associado ao nome de Karen Machover, surge em 1949, após a mesma ter feito uma revisão do teste do Desenho da Figura Humana de Goodenough. Este instrumento foi pensado com o intuito de inferir certas características da personalidade de uma criança. Desta forma, é entendido pela autora como um desencadeador da expressão das necessidades e dos conflitos do corpo, assim como da linguagem e de outras expressões, sejam elas simbólicas ou diretas ou até ambas (Laak, De Goede, Aleva, & Rijswijk, 2005; Silva & Herzberg, 2017). Esta prova aplica-se a crianças dos 6 aos 17 anos e a primeira instrução dada para a execução da tarefa é: “desenha uma pessoa”, e após o término do primeiro desenho é dada uma nova instrução “desenha uma pessoa do sexo oposto”. O material necessário cinge-se a um lápis e uma folha branca, sendo permitido o uso de borracha. Após o término dos desenhos, sem tempo limite, efetua-se um inquérito, de modo a permitir a interpretação das figuras e conteúdos do desenho subjacentes à criança (Anastasi, & Urbina, 2000; Silva, & Herzberg, 2017).

A interpretação do desenho é realizada tendo como referência o simbolismo atribuído aos órgãos, aos detalhes da roupa e aos aspetos estruturais e formais do desenho, conferindo-lhe um carácter essencialmente qualitativo. O foco principal é a projeção da criança e da sua imagem corporal, identificando-se no seu próprio sexo. Desta forma, a criança faz as suas próprias conceções conferindo-lhe uma identidade sexual (Coelho, 1993; Rosset, 2005).

Desenho da Família

Corman (1985) afirmava que a partir do Desenho da Família, a criança poderia projetar “tendências recalçadas” do seu inconsciente, dando informações acerca da sua personalidade e conflitos internos, nomeadamente, referentes ao seio familiar. Desta forma, esta técnica considera-se um teste de personalidade que se pode interpretar partindo do princípio da projeção.

Esta prova aplica-se a crianças a partir dos 5/6 anos e não tem uma idade limite. A instrução dada para a execução da tarefa é: “desenha uma família, uma família que tu imagines/inventes”. A aplicação poderá ser individual ou coletiva. O material necessário cinge-se a um lápis e folha branca, sendo que a criança deve estar sentada numa cadeira e apoiada numa mesa. A prova não tem um tempo limite e após o seu término, é solicitada à criança uma

explicação do que desenhou e, em seguida, com recurso a um questionário estruturado, a criança é convidada a expressar preferências ou identificações (ex.: “*quem é o mais feliz?*”) (Corman, 1985).

De acordo com Corman (1985), este instrumento seria fundamental para compreender a personalidade da criança, tendo como referência as relações que a mesma estabelece com o seio familiar, nomeadamente, sentimentos para com os progenitores, rivalidades fraternas, conflitos, medos, desejos, relações e ambiente familiar.

A interpretação do Desenho da Família faz-se segundo três níveis, (1) o nível gráfico, em que se dá importância, essencialmente, aos aspetos da psicomotricidade e aos fatores afetivos, como por exemplo, à manipulação do lápis, tendo como referência a força e a amplitude do traçado, entre outros; (2) o nível das estruturas formais, remetendo o examinador para a percepção/apreensão do real, sendo que devem ser considerados o nível de desenvolvimento da criança, a sua capacidade intelectual, entre outros; (3) o nível do conteúdo, respeitante aos processos latentes que pretende avaliar questões da objetividade ou subjetividade, remetendo para a família real ou imaginária (Corman, 1967, citado por Klumpp, 2017).

Metodologia

Objetivos

Dada a escassez de investigação neste domínio, em perfeito contraste com o amplo uso do desenho como técnica de avaliação psicológica, justifica-se este nosso estudo, que tem um carácter meramente exploratório. O nosso principal objetivo é o de analisar a adequabilidade dos critérios de correção desta prova tendo como referência a grelha de correção original, mas já com algumas alterações introduzidas por Klumpp (2017) numa amostra de crianças brasileiras. Ou seja, os critérios tradicionais de pontuação poderão revelar-se inapropriados em função das características culturais e aquilo que poderá ser considerado como um traço latente de conflitualidade numa determinada cultura poderá não ter esse mesmo significado numa outra. Dito de outro modo, um determinado tema, ação ou “estilo” dado como atípico ou desviante numa determinada cultura poderá ser perfeitamente banal/normativo numa outra. Para o efeito analisaremos na nossa amostra a frequência dos diferentes itens que compõem a grelha de correção do teste. Nesta análise, daremos um especial destaque aos itens/indicadores que estando previstos na grelha de correção não surgiram na amostra do estudo efetuado no Brasil (itens 7, 12, 14, 17, 18, 19 e 20). Na prossecução do objetivo já definido, faremos uma análise complementar e de cariz mais qualitativo, analisando os indicadores que eventualmente não se integrem em nenhuma das categorias previstas pelo manual. Neste mesmo contexto daremos ainda especial atenção aos itens 2, 9, 11 e 16, que revelaram fortes fragilidades psicométricas no estudo de Klumpp (2017), nomeadamente no que se refere ao acordo inter-avaliadores. Fragilidades essas que poderão ser imputadas ao facto de serem itens mais vulneráveis a questões de operacionalização que poderão potenciar a subjetividade na sua interpretação por parte de quem faz a análise da prova.

Participantes

O presente estudo inclui 50 alunos de um agrupamento escolar do Nordeste do país, localizada no tecido urbano da cidade de Chaves. Definiram-se como critérios de inclusão no estudo a ausência de qualquer tipo de perturbação neurodesenvolvimental ou psicopatológica e a ausência de défice de natureza intelectual, uma vez que a literatura refere que o grafismo e a composição do desenho podem estar relacionados com o nível de desenvolvimento cognitivo, nomeadamente nas faixas etárias que compõem a nossa amostra. As idades das crianças estão compreendidas entre os 7 anos e 0 meses e os 8 anos e 11 meses, com uma média de 95,32 meses (7 anos e 11 meses), distribuídas equitativamente por ambos os sexos, com frequência escolar que varia entre o 1º e o 3º ano de escolaridade (cf. Tabela 1). A pertinência da escolha das idades

justifica-se com o facto de ser nestas idades que surgem mais pedidos para consultas de psicologia e as crianças se encontrarem no período de latência, fase que corresponde a um aumento gradual no tempo de espera pela satisfação dos desejos. É neste período que as crianças aprendem a lidar com as suas frustrações, podendo surgir diferentes temáticas nos desenhos.

Tabela 1

Caracterização da Amostra

	N	Média	DP	Min-Máx
Idade (em meses)	50 (100%)	95,32	6,912	86-107
86-95	25 (50%)			
96-107	25 (50%)			
Sexo				
Feminino	25 (50%)			
Masculino	25 (50%)			
Ano de Escolaridade				
1º Ano	3 (6%)			
2º Ano	31 (62%)			
3º Ano	16 (32%)			

Instrumentos

Desenho da Família Cinética

Burns e Kaufman, em 1970, introduzem alterações ao desenho da família, substituindo a instrução inicial (desenhe uma família, uma família que tu imagines/inventes) por “desenha uma família a fazer alguma coisa”, com esta instrução pretende-se induzir a introdução de ação no desenho, denominando-o de Desenho da Família Cinética, entendendo-se pela palavra cinética a capacidade de demonstrar um movimento. Pode dizer-se que esta capacidade está associada ao momento evolutivo e ao nível intelectual do indivíduo. Segundo Habenicht (1990), os desenhos constituíam uma forma natural de comunicação, permitindo expor sentimentos inconscientes, de forma livre e espontânea, que poderiam não ser identificados noutras técnicas de avaliação, conferindo-lhes o aspeto não ameaçador. Desta forma, era expectável que esta nova instrução (“desenhar as figuras em movimento ou a fazer alguma coisa”) contribuísse para a diminuição de limitações apresentadas por outras técnicas projetivas, nomeadamente, o Desenho da Figura Humana e o Desenho da Casa-Árvore-Pessoa, possibilitando a apreensão das dinâmicas familiares e a compreensão de problemas emocionais decorrentes de perturbações nas relações interpessoais, geralmente, familiares, fornecendo uma base para a mesma e, conseqüentemente, a identificação de significado clínico para algumas características, ações, estilos e símbolos, objetivo que não constava nesses instrumentos (Handler & Habenicht, 1994; Myers, 1978).

Esta prova aplica-se a crianças a partir dos 5/6 anos de idade e não tem uma idade limite. A instrução dada para a execução da tarefa é: “desenha todos da tua família, incluindo a ti, a fazer

alguma coisa. Tenta desenhar as pessoas completas, não desenhos animados ou pessoas em forma de palitos. Lembra-te, faz todas as pessoas a fazer alguma coisa, algum tipo de ação”. A aplicação é individual. O material necessário cinge-se a um lápis preto e folha de papel branca, sendo que a criança deve estar sentada numa cadeira e apoiada numa mesa. A prova não tem tempo limite, no entanto é expectável que a criança termine a tarefa após 30 minutos. A diferença na instrução verbal entre o tradicional Desenho da Família de Corman e o Desenho da Família Cinética, é importante, na medida em que o primeiro fornece mais liberdade ao examinando relativamente à escolha das pessoas que quer desenhar, demonstrando as variações com significado, especialmente, quando omite pessoas ou partes do corpo e, ainda, a inclusão de pessoas que não fazem parte da família. Por outro lado, o DFC permite que o examinador tenha uma visão mais significativa acerca da dinâmica familiar e as respostas adaptativas que a criança utiliza para enfrentar as ações por partes dos membros da família. O DFC complexifica a tarefa, exigindo, à criança, uma planificação do desenho, tendo como referência a escolha das pessoas que vai incluir, das tarefas e das pessoas que vão interagir (Habenicht, 1990; Handler & Habenicht, 1994).

A interpretação do DFC realiza-se segundo quatro níveis distintos, descritos no Manual Interpretativo elaborado por dois autores Norte-Americanos, Burns e Kaufman, em 1970, (1) as características esperadas nos desenhos, (2) as características físicas das figuras, (3) as ações e (4) os estilos.

As características esperadas nos desenhos representam um vínculo familiar “bem ajustado” e boas relações entre pais e filhos, sendo que os indicadores desse nível são (Bruns & Kaufman, 1970, citados por Klumpp, 2017):

1. A luz que brilha acima dos membros da família;
2. Sorrisos nos membros da família, indicando felicidade;
3. Atividades que incluem todos os membros da família, sugerindo uma relação próxima entre os mesmos.

No que se refere às características físicas das figuras, estas refletem as estruturas formais do desenho, remetendo para a possibilidade da existência de conflitos familiares, constituídas pelos seguintes itens (Bruns & Kaufman, 1970, citados por Klumpp, 2017):

1. A extensão do braço, sendo percebido como um auxiliar no controlo do ambiente familiar;
2. A existência de figuras elevadas indicando que o sujeito que se encontra no nível superior tem o desejo de dominância;
3. As rasuras, relacionadas com conflitos no ambiente familiar;
4. Os membros desenhados na parte de trás da folha de papel, refletindo conflitos entre o sujeito e a figura desenhada na parte de trás;
5. Os membros da família de origem que não foram desenhados indicando conflitos familiares;

6. As figuras penduradas sugerindo sentimentos associados ao stress e tensão;
7. A omissão de partes do corpo refletindo conflitos com as partes do corpo que foram omitidas ou esquecidas;
8. O olho com muito detalhe em evidência/destaque que indica preocupação e vigilância com algo que está a acontecer com a família;
9. As figuras em movimentos rotativos sugerindo que essa figura poderá ser diferente e/ou solicitar mais atenção da família.

Relativamente às ações, indicam movimento entre as pessoas e os objetos circundantes, identificadas pelo tema ou conteúdo do desenho e poderiam indicar narcisismo, comunicação, cooperação, tensão, inibição, raiva, carência, entre outros. Os indicadores que as compreendem são (Bruns & Kaufman, 1970, citados por Klumpp, 2017):

1. Bola a driblar, indica um sentimento de competição entre o sujeito e a figura, no entanto, com a incapacidade de o pôr em prática;
2. Bola apontada à cabeça dos membros, reflete um sentimento de aprisionamento ou rejeição;
3. Presença de barreiras, sugere um vínculo familiar conflituoso;
4. Presença de objetos perigosos associados a sentimentos de raiva;
5. Presença de símbolos que indiquem eletricidade no desenho refletindo a necessidade de aconchego, amor e poder;
6. Figura a passar a roupa refletindo os cuidados, carinho e proteção que advêm dessa figura.

Por último, os estilos refletem um tipo de defesa por parte da criança e/ou distúrbio emocional que possa existir, como por exemplo (Bruns & Kaufman, 1970, citados por Klumpp, 2017):

1. A presença de fogo que representa raiva ou necessidade de aconchego;
2. Presença do símbolo “X” sugerindo controlo de impulsos;
3. Compartmentalismo que indica a incapacidade para expressar amor e afeto livremente;
4. Encapsulamento refletindo uma relação conflituosa;
5. Linha de base que representa o mundo instável do sujeito, trazendo-lhe a sensação de queda;
6. Figura sublinhada sugerindo um relacionamento instável com o (s) membro (s) da família sublinhado (s);
7. Figuras desenhadas nas bordas que indicam sentimentos de pouca envolvimento familiar;
8. Linha no topo que representa um mundo assustador ou tempestuoso.

Desta forma, as características presentes nos desenhos poderiam ser consideradas estáticas, como por exemplo, a rasura do lápis, que indica ambivalência, ou os braços muito

compridos, que refletem a necessidade de controlar o ambiente (Burns & Kaufman, 1972, citados por Myers, 1978; Habenicht, 1990; Handler & Habenicht, 1994; McPhee & Wegner, 1976).

No que concerne ao sistema de cotação para a análise do Desenho da Família Cinética, embora o Manual Interpretativo dos autores não contenha parâmetros de pontuação, a pesquisa que tem sido desenvolvida aponta para um sistema que verifique a presença ou ausência dos itens, sendo que o valor zero indica a ausência do indicador e o valor de um a sua presença no desenho (Saneei & Haghayegh, 2011).

Em 1983, foi desenvolvido um estudo por Mostkoff e Lazarus para determinar se de facto era possível desenvolver um sistema de cotação que tivesse uma alta fidelidade. Os resultados indicaram 97% de acordo na análise inter-avaliadores, tendo como referência vinte variáveis distintas (Thorne, 2012).

Em 2017, foi conduzido um estudo por Carolina Barros para testar a fidelidade do DFC. Os resultados indicam que os índices de concordância entre os avaliadores eram aceitáveis e significativos face aos itens da escala, com níveis de concordância acima dos 0,6 e após a realização do teste-reteste, a fidelidade intra-avaliador era aceitável e significativa, correspondendo a níveis de concordância acima dos 0,7. Neste sentido, é possível prever, segundo este estudo, que esta técnica projetiva obteve bons índices de concordância, classificando-o como um instrumento confiável relativamente aos itens da escala, demonstrando-se estáveis e objetivos (Klumpp, 2017).

Matrizes Progressivas Coloridas de Raven

Este teste caracteriza-se por tarefas que se destinam a avaliar a capacidade de apreender relações entre figuras e desenhos geométricos e a capacidade de raciocínio por analogia, de forma a avaliar as capacidades cognitivas gerais não verbais. A escala é constituída por 36 itens divididos por três séries (A, Ab, B), cada uma possui 12 itens que estão ordenados por grau progressivo de dificuldade. Cada item que constitui cada uma das séries é composto por uma forma geométrica a qual carece de um elemento e por seis hipóteses alternativas de resposta, sendo que apenas uma completa de forma correta a figura. A pontuação total é obtida através do número de acertos nas três séries, atribuindo-se um ponto a cada resposta correta. O resultado bruto deverá ser convertido em percentil, tomando como referência a faixa etária da criança e os valores normativos para a população portuguesa, procedimento realizado no presente estudo (Raven, Court, & Raven, 1998; Simões, 2000).

Procedimentos

Para o presente estudo, foram contactados dois agrupamentos de escolas do Nordeste do país, nomeadamente, no concelho de Chaves, sendo que um deles não deu resposta. Após autorização dos órgãos de gestão das instituições de ensino e esclarecidos os objetivos da

investigação, os procedimentos de avaliação e os critérios de inclusão na amostra (cf. Anexo I), solicitámos aos docentes titulares de turmas do 2º e 3º anos de escolaridade, que seleccionassem os alunos (tendo por base os critérios previamente definidos de inclusão), posteriormente alargamos o estudo ao 1º ano de escolaridade de modo a conseguirmos o tamanho da amostra previamente definido. Foram também enviados os pedidos de autorização e consentimento informado aos encarregados de educação das crianças (cf. Anexo II). Deste modo estão incluídas neste estudo apenas as crianças cujos encarregados de educação autorizaram a sua participação e entregaram os consentimentos devidamente preenchidos.

A recolha da amostra total para o estudo decorreu no período de 12 a 20 de março do presente ano.

As crianças realizaram as tarefas propostas no ambiente escolar e somente mediante a autorização prévia dos encarregados de educação, feita através da assinatura do Termo de Consentimento Informado. A aplicação das provas foi feita individualmente e num gabinete à parte da restante turma.

Num primeiro momento, aplicámos o Teste das Matrizes Progressivas e Coloridas de Raven, para que, por meio do resultado referente à capacidade intelectual geral da criança, ela fosse incluída ou excluída da amostra. Importa referir que nenhuma das crianças foi excluída da mesma.

Posteriormente, as crianças realizaram o Desenho da Família Cinética, sendo que foram convidadas a desenhar numa folha branca de papel com um lápis preto “todos da tua família, incluindo a ti, a fazer alguma coisa. Tenta desenhar as pessoas completas, não desenhos animados ou pessoas em forma de palitos. Lembra-te, faz todas as pessoas a fazer alguma coisa, algum tipo de ação”, ainda que a duração média indicada pela literatura existente sejam 30 minutos, neste estudo esse tempo foi substancialmente reduzido. O que é expectável dado não se tratar de uma população clínica.

No total, o protocolo de avaliação teve uma duração média de 20 minutos.

Resultados

Análise Estatística e Qualitativa

Para a realização das análises estatísticas dos dados recorreu-se ao programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS- versão 22). Para a caracterização da amostra do estudo recorreu-se a estatísticas descritivas, nomeadamente, as medidas de tendência central. No estudo, para a verificação da frequência dos indicadores e das categorias dos temas recolhidos através da análise do Desenho da Família Cinética também recorreremos a estatísticas descritivas, em particular, à análise das frequências absolutas e relativas.

No que se refere à análise qualitativa, os desenhos da Família Cinética foram pontuados tendo como referência a ausência ou presença dos indicadores, sendo que zero (0) pontos indica a ausência do indicador no desenho e um (1) ponto a sua presença. É de realçar que os itens que constituem as características esperadas nos desenhos tiveram a pontuação invertida.

No que concerne à frequência da presença dos indicadores de análise do Desenho da Família Cinética da amostra do estudo, os dados foram organizados pela ordem dos itens como está descrito na Tabela 2.

Relativamente aos itens dos desenhos que obtiveram maior frequência (>40%), nomeadamente, o item 1, 2 e 10 referem-se aos seguintes indicadores:

- 1) Luz que brilha acima dos membros da família;
- 2) Sorriso em todos os membros da família, demonstrando felicidade;
- 10) Omissão de partes do corpo.

O item 2 apresenta a maior frequência (96%), é uma característica expectável nos desenhos, sugerindo uma relação harmoniosa entre os membros da família. No entanto, segundo o estudo realizado por Klumpp (2017) este item apresenta fortes fragilidades psicométricas, sendo vulnerável a questões de clareza, interpretação e subjetividade do avaliador. Em contrapartida, após o aprofundamento da interpretação do manual do instrumento, este indicador não suscitou hesitações na sua cotação. Seguidamente, o item 1 (luz que brilha acima dos membros) revela a segunda frequência mais elevada (74%), à semelhança do anterior, este revela um vínculo familiar bem ajustado. Em contrapartida, o item 10 (omissão de partes do corpo) está presente em 66% dos desenhos da amostra e tem a sua importância clínica revelando-se como um indicador emocional. A sua presença indica que o sujeito poderá estar a ser confrontado com conflitos com as partes do corpo que foram omitidas ou esquecidas (Burns & Kaufman, 1970).

Klumpp (2017), no seu estudo com crianças brasileiras, encontrou, ainda, grandes fragilidades psicométricas nos itens 9, 11 e 16, correspondendo, respetivamente, aos seguintes indicadores:

- 9) Figuras penduradas;

11) Olho com muitos detalhes em evidência;

16) Presença de objetos perigosos.

É de salientar que apenas o item 11 teve representatividade na nossa amostra, tendo uma frequência superior a 10%, tomando-se como pressuposto o pormenor contido nos desenhos.

Tabela 2

Frequência da Presença dos Indicadores previstos na Grelha de Análise

Indicador	N
1	37 (74%)
2	48 (96%)
3	12 (24%)
4	15 (30%)
5	13 (26%)
6	4 (8%)
7	0 (0%)
8	5 (10%)
9	0 (0%)
10	33 (66%)
11	7 (14%)
12	0 (0%)
13	1 (2%)
14	0 (0%)
15	11 (22%)
16	0 (0%)
17	1 (2%)
18	0 (0%)
19	1 (2%)
20	0 (0%)
21	0 (0%)
22	0 (0%)
23	10 (20%)
24	0 (0%)
25	1 (2%)
26	6 (12%)

Os itens 6, 7, 9, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25 apresentaram baixa frequência (<10%) na amostra do estudo. À exceção do item 6 (rasuras), todos eles podem ser considerados como itens infrequentes (<2%).

Destes últimos itens pode destacar-se o item 7 (membros desenhados na parte de trás da folha), 9 (figuras penduradas), 12 (figuras em movimentos rotativos), 14 (bola na cabeça dos membros), 16 (presença de objetos perigosos), 18 (figura a passar a roupa), 20 (presença do símbolo "X"), 21 (compartmentalismo), 22 (encapsulamento) e 24 (figuras individuais sublinhadas) que não foram representados em nenhum dos desenhos recolhidos na amostra do estudo.

No que se refere aos itens 7, 9 e 12, os mesmos pertencem ao nível das características das figuras que aquando da sua presença num determinado desenho poderão indicar conflitualidade, nomeadamente, sentimentos associados ao stress, tensão e poder com alguns membros da família

representadas no desenho. No entanto, na nossa amostra os mesmos apresentaram uma frequência nula, à semelhança do que é referido no trabalho elaborado por Klumpp (2017), com exceção do item 9 que possui representatividade na amostra com crianças brasileiras. A infrequência dos mesmos pode ser imputada ao carácter normativo da nossa amostra de estudo, tendo em consideração que estes são indicadores clínicos de análise do DFC. Por outro lado, o item 7 poderá não constar na nossa amostra devido à interpretação dos sujeitos relativamente à posição da folha, dito de outro modo, o facto do avaliador lhe ter colocado a folha numa determinada posição poderá ter contaminado este item.

Relativamente aos itens 14 (bola na cabeça dos membros), 16 (presença de objetos perigosos), 18 (figura a passar a roupa) estão inseridos no nível de análise das ações, sugerindo sentimentos de raiva, rejeição, carinho e afeto. Em relação aos dois primeiros, embora apareça o símbolo “bola” que nos remete para um símbolo indicado como um objeto perigoso, na nossa amostra de estudo, em geral, foi entendido como um meio para alcançar uma atividade de lazer realizada no ambiente familiar, deste modo, não lhe deverá ser imputado o significado presente no Manual Interpretativo de Burns e Kaufman (1970). Por outro lado, no que se refere ao item 18, o facto de não ser representativo, à semelhança do trabalho elaborado por Klumpp (2017), pode dever-se ao facto de ser um indicador que caiu em desuso ao longo dos anos, visto que os estudos Norte-Americanos são antigos, sofrendo, deste modo, consequências pela influência do contexto ou da época onde o sujeito está inserido. Tendo por referência que este item indica, na perceção do sujeito que a desenha, cuidados, carinho e proteção advindos dessa figura, normalmente associados à figura materna, poderia ser substituído por outro item que apareceu nesta amostra que representa uma figura da família a preparar uma refeição, sendo que essa figura não tem de ser, necessariamente, a materna. Na nossa amostra foi também representado a figura fraterna e paterna a prepará-la. Assim, é possível prever que ao longo dos anos tem-se assistido a uma mudança na vida quotidiana das famílias, podendo estar relacionada com a entrada da mulher no mercado de trabalho, sendo necessários ajustamentos a este nível.

Por último, os itens 20 (presença do símbolo “X”), 21 (compartmentalismo), 22 (encapsulamento) e 24 (figuras individuais sublinhadas), à semelhança dos anteriores, apresentam frequência nula na nossa amostra de estudo. De acordo com o Manual Interpretativo, estes representam a ausência do controlo de impulsos, o impedimento de expressar amor livremente e a presença de um relacionamento prejudicial e instável. Sendo que, são parte integrante dos estilos, um nível de análise dos desenhos, é possível prever que, a sua ausência pode ser atribuída a estratégias bem adaptativas por parte de algumas crianças da amostra para demonstrar afeto e amor de uma forma natural e sem barreiras. Em contrapartida, os itens 17 (presença de eletricidade), 19 (presença de fogo) e 25 (figuras desenhadas nas bordas), pertencentes ao mesmo nível de análise, são representados como itens infrequentes na nossa amostra (<2%), contrariamente aos resultados encontrados no trabalho de Klumpp (2017) em que os mesmos não foram representados em nenhuma das condições da amostra.

Relativamente ao item 17 indica a presença de símbolos que nos remetam para eletricidade, como por exemplo, fios ou cabos como é demonstrado no desenho da amostra. Sendo este um indicador clínico de análise, poderia sugerir a necessidade de aconchego, amor ou poder, no entanto, neste caso em particular o sujeito afirma que os cabos da internet estavam danificados e, portanto, o pai estaria a repará-los para o mesmo poder usufruir dela para jogar computador. Assim, o significado atribuído pelos autores do instrumento a este item, tornar-se-ia normativo neste caso em específico. No entanto, é possível distinguir dois elementos novos na análise do Desenho da Família Cinética, sendo eles (1) os novos meios de comunicação e (2) os aparelhos eletrônicos. A referência destes dois itens não é descrita na amostra Norte-Americana realizada por Burns e Kaufman (1970) remetendo-nos, de novo, para o carácter datado dos procedimentos/normas de avaliação.

No que concerne ao item 19, este indica a presença de fogo no desenho, correspondendo, de igual modo, a um indicador clínico que pode representar raiva ou a necessidade de calor, amor ou aconchego. No desenho recolhido, o sujeito representou as figuras paternas a acender a lareira de casa e justificou-o dizendo que “está habituado a que os pais o façam quando chegam a casa”. Deste modo, podia considerar-se o aparecimento desta ação como uma atividade de vida quotidiana do sujeito, justificada com a necessidade de aquecimento, tendo como referência o clima frio da região a que o mesmo pertence. Desta forma, o uso da lareira poderia ser justificado com a localização geográfica do sujeito, uma vez que pertence a uma zona do interior do país, que embora seja predominantemente urbana, tem aldeias a envolvê-la. De outro modo, possivelmente, apareceria o aquecimento central como um meio alternativo.

No que se refere ao item 25, este indica que uma figura foi desenhada na borda da folha de papel, correspondendo a um indicador clínico que sugere um envolvimento nulo do sujeito por pensar ser mais inteligente do que os demais inseridos no desenho. Neste caso, o sujeito desenhou-se a ele próprio afastado da família enquanto a mesma fazia uma refeição à mesa, dando a justificação de “chegar sempre atrasado porque estava a jogar no quarto”. Deste modo, a presença deste indicador no desenho, possivelmente, poderá ser interpretado como tendo valor clínico, tendo em consideração que na descrição do desenho, o sujeito refere que a sua família se encontra na cozinha, à exceção dele que está no quarto. Desta forma, é possível verificar um certo isolamento e alheamento vindos da criança, em ocasiões que poderiam ser aproveitadas para conviver com a sua família.

Por último, o item 13, pertencente ao nível das ações, é representado na nossa amostra como um indicador infrequente, ocorrendo em 2% dos desenhos recolhidos. Este item indica uma bola a driblar, dito de outro modo, em movimentos de ziguezague em direção a outro membro da família, sugerindo o sentimento de competição, com a incapacidade de a colocar em prática. Neste sentido, considerando que o sujeito desenhou a bola em direção a si vinda de uma figura paterna, possivelmente, poderá conotar-se o significado clínico empregue no Manual Interpretativo.

A Tabela 3 resume a frequência das categorias formadas a partir do agrupamento dos diferentes temas que foram recolhidos através da análise do Desenho da Família Cinética.

Tabela 3

Frequência das Categorias Recolhidas na Análise do DFC

Categorias	N
Tarefas Domésticas	10 (20%)
Atividades da Vida Diária	4 (8%)
Atividades de Lazer	40 (80%)
Atividades de Natureza Rural	3 (6%)
Atividades Religiosas/Espirituais	1 (2%)

No que se refere à categoria com maior frequência, destaca-se grandemente das restantes a categoria “Atividades de Lazer”, que é constituída por temas como (1) andar de bicicleta, (2) brincar a um jogo, (3) festejo de um aniversário, (4) ver televisão, (5) jogar à bola, (6) brincar com bonecos, (7) passear, (8) nadar, (9) passear e/ou brincar com os animais de estimação, entre eles cães e gatos, (10) brincar, (11) jogar no computador e/ou *tablet*, (12) jogar basquetebol, (13) saltar à corda, (14) estar no jardim, (15) brincar ao peão, (16) tocar instrumentos, (17) jogar às apanhadas, (18) brincar no parque e (19) ver filmes.

Nesta categoria denota-se a supremacia de atividades realizadas ao ar livre, principalmente, relacionadas com o desporto, nomeadamente, jogar à bola. No entanto, surgem novos itens que não estavam descritos na folha de correção de análise do DFC da amostra Norte-Americana proposta por Burns e Kaufman (1970), particularmente, os aparelhos eletrónicos e os animais de estimação.

Na segunda categoria com maior frequência (tarefas domésticas, 20%) surgem temas como (1) limpeza da habitação, (2) preparação de uma refeição, (3) arranjar os cabos da internet, (4) acender a lareira e (5) lavar a loiça.

Os primeiros temas, nomeadamente, a limpeza da habitação e a preparação da refeição, surgem com maior representatividade na análise dos desenhos recolhidos. Relativamente ao primeiro, os sujeitos representavam todos os membros da família de origem a desempenhar uma função, sugerindo um vínculo familiar “bem ajustado” e uma relação próxima entre os membros, tendo como referência o item 3 (atividades que incluem todos os membros) de análise do DFC. O aspeto cuidado e limpo que os sujeitos conferiram à habitação vem fortalecer a hipótese mencionada anteriormente, sendo que a mesma lhe oferece o sentimento de acolhimento e aconchego, remetendo-nos para questões emocionais relacionadas com o seio familiar, particularmente, com as figuras paternas.

As últimas três categorias correspondem às “Atividades da Vida Diária”, “Atividades de Natureza Rural” (tratar do quintal, apanhar flores/frutos e retirar ovos da galinha) e “Atividades Religiosas/Espirituais”, apresentam uma frequência abaixo dos 10%. As primeiras representam temas como (1) lavar as mãos, (2) tomar banho e (3) estar à mesa a fazer uma refeição. Nas segundas são mencionados temas como (1) tratar do quintal, (2) apanhar flores/frutos e (3) retirar

os ovos da galinha. Essas ações representadas nos desenhos recolhidos podem remeter-nos para o aspecto mais campestre devido à área geográfica onde decorreu a recolha de dados. No entanto, devem ser interpretadas com precaução, visto assumirem uma representatividade reduzida na amostra.

Ao longo desta secção têm sido apresentados indicadores que não integram o Manual Interpretativo do DFC, neste âmbito importa salientar a presença de uma nova característica que foi observada nos desenhos recolhidos na nossa amostra. Referimo-nos, em particular, ao número de elementos que integram a família e que em 14% dos casos incluem membros que vão além da família nuclear, nomeadamente avós, primos e tios.

No decorrer da prova, os sujeitos, no geral, demonstraram-se motivados e empenhados na realização das tarefas propostas, no entanto, alguns evidenciaram um certo mal-estar com a realização da prova, evocando à sua falta de habilidade para desenhar. Os desenhos tomaram o seu percurso natural (90%), sendo realizados da esquerda para a direita. Quando confrontados com a tarefa de realizar um desenho na qual tinham de desenhar a família a fazer alguma coisa, na generalidade, a maior dúvida apontada pelos mesmos era saber o que representar no desenho, em particular, a ação dos membros da família. Uma outra questão muito frequente correspondia ao tamanho que a família poderia ter, dito de outro modo, se podia ir além da família nuclear e, ainda, acerca do local onde o desenho deveria ocorrer e se a prova fazia parte da avaliação deles na escola.

Os itens que suscitaram mais hesitações ao longo da nossa análise referem-se aos indicadores 1 (luz que brilha acima dos membros), 4 (extensão do braço) e 11 (olho com muito detalhe), justificando-se pelo seu carácter subjetivo e impreciso que assumiam na amostra Norte-Americana de Burns e Kaufman (1970) e Brasileira de Klumpp (2017). No que se refere ao item relativo à iluminação, tornou-se complexo analisá-lo tendo como referência as indicações do Manual Interpretativo, visto que o item sol não integra essa secção e pode ser tomado como um indicador de iluminação. Em relação ao item 4 acerca da extensão do braço, era possível encontrar evidências de indicadores que potencializassem o braço, como por exemplo, uma figura a segurar um instrumento agrícola, no entanto acarreta a incerteza de o poder contabilizar, sugerindo pouca clareza ao avaliador. Por último, o item 11 conduziu-nos a questões de análise relacionadas com o tipo de pormenor que se poderia analisar, dito de outro modo, se seria a quantidade de objetos que deveria ser contabilizada ou se os objetos que eram desenhados teriam algum significado clínico.

Discussão

Esta secção do nosso trabalho tem como finalidade realizar uma síntese de forma a fazer uma associação entre a literatura existente, a nossa investigação e os resultados encontrados. A organização deste capítulo segue a mesma ordem lógica do trabalho que o precedeu a nível dos resultados, bem como dos objetivos definidos. Desta forma, discutir-se-á a frequência do aparecimento dos indicadores de análise e das categorias recolhidas através dos desenhos, numa perspetiva mais qualitativa de análise do DFC.

Primeiramente, torna-se fundamental realçar que a interpretação dos desenhos deve ter sempre como referência o desenvolvimento típico da criança, os aspetos socioculturais, a sua idade, o nível de maturidade, o sexo e outros dados de avaliação que se considerem importantes, uma vez que se podem encontrar diferenças nas características do desenho e no seu resultado final (Wegmann, & Lusebrink, 2000).

Neste contexto, e no sentido de analisar a adequabilidade dos critérios de correção, foi possível imputar alguns indicadores como desadequados tendo como referência as características culturais e da época em que os sujeitos estão inseridos, tal como descrito num estudo conduzido por Habenicht, em 1990, com crianças de diferentes grupos raciais e étnicos, onde foram detetadas diferenças no estilos e ações usadas pelas crianças.

Assim, é importante referir que na definição de categorias para os temas mais correntes dos desenhos recolhidos apareceram novos itens que não integravam o Manual Interpretativo, nomeadamente, os aparelhos eletrónicos (ex: televisão, tablet e computador), entre outros. Desta forma, é imperativo reconhecer que, tal como acontece noutros procedimentos de avaliação psicológica, as técnicas projetivas são fortemente contaminadas pelo espírito da época e as normas rapidamente ficam datadas, tornando-se fundamental a necessidade de, periodicamente, se renovar as aferições dos instrumentos de avaliação psicológica.

De acordo com esta lógica de trabalho, no nosso estudo apareceu, ainda, uma nova característica, com uma frequência de 14%, referente ao tamanho das famílias, sendo nomeados membros que não integravam os membros da família de origem. Num estudo realizado por Nuttall et al. (1988) e Chuah (1992), a mesma terá sido encontrada, sendo que os autores reconheceram a sua importância na integração de uma variável do Desenho da Família Cinética, tendo como referência a variedade que a definição família pode assumir de uma cultura para a outra (Wegmann, & Lusebrink, 2000).

Relativamente à infrequência de alguns indicadores no nosso estudo ficou clara a ideia de que poderia advir da ausência de uma amostra clínica, tendo como referência os indicadores de estilo presentes na grelha de correção original. Em contrapartida, a representatividade dos itens 13 e 25 no nosso estudo, remete para a possível presença de indicadores com valor clínico, no entanto, devem ser tidos em consideração outros instrumentos de avaliação psicológica para a predição de comportamentos ou um diagnóstico clínico. Num estudo de Klumpp, em 2017, com crianças brasileiras, o item 22 obteve uma diferença estatisticamente significativa, sendo capaz de

discriminar as duas amostras do estudo (normativa e clínica), revelando o aspeto clínico que lhe é conferido no Manual Interpretativo de Burns e Kaufman (1970).

Conclusão

A presente dissertação tinha como objetivo principal analisar a frequência das temáticas abordadas pelo DFC, inserida num estudo mais amplo de forma a investigar evidências de validade e fiabilidade para o uso do Desenho da Família Cinética.

Num primeiro momento torna-se fundamental realçar o facto de a investigação nesta área ser muito reduzida, particularmente, no que se refere ao processo de validação do instrumento, dificultando o uso no processo de avaliação psicológica. No entanto, é frequente assistir-se ao uso do desenho como uma técnica de avaliação psicológica, principalmente em crianças ou adolescentes com problemas emocionais, em particular para analisar a dinâmica familiar. É um facto que os desenhos, possivelmente, introduzem hipóteses acerca dos sentimentos das crianças que noutras técnicas de avaliação ou aconselhamento mais robustas do ponto de vista psicométrica poderão não aparecer (Wegmann, & Lusebrink, 2000). No entanto, os mesmos devem ser utilizados com precaução e não devem ser a única fonte para um diagnóstico clínico, devendo ser integrados numa bateria de testes de avaliação psicológica. Salientamos ainda que, apesar de reconhecermos que as qualidades psicométricas de um instrumento de avaliação são uma condição prévia para o seu uso, nunca poderemos esquecer que são os psicólogos que interpretam os resultados e, conseqüentemente, em última instância, a qualidade do processo de avaliação psicológica reside naquele que interpreta os resultados.

Neste contexto, o presente trabalho cumpre o seu objetivo demonstrando que técnicas como o desenho devem ser interpretadas de forma cautelosa e tendo como referência os critérios de interpretação definidos, bem como aspetos socioculturais, idade, sexo, entre outros.

Em relação aos resultados obtidos no estudo, os mesmos demonstraram que é necessário proceder-se a uma atualização dos indicadores de análise do DFC, tomando como critérios as especificidades da cultura e da época em que os sujeitos estão inseridos. Neste sentido, é imperativo proceder-se a uma reformulação do esclarecimento do uso de alguns indicadores, visto que se tornam pouco esclarecedores relativamente à sua cotação, dificultando a interpretação do avaliador.

No que concerne à principal vantagem deste estudo podemos nomear o facto de ter sido realizado a partir de uma amostra normativa, sendo que este instrumento carece de estudos de normalização fundamentais para validação de um instrumento. E, desta forma, poderá contribuir para investigações futuras relativas à análise do DFC, em particular, para a investigação de evidências de validade e fidelidade para o instrumento.

Como principais limitações do nosso estudo podemos apontar o facto de o tempo de prova do Desenho da Família Cinética não ter sido contabilizado impossibilitando-nos de o

considerar como uma variável do estudo. Acresce ainda o facto de não ter sido realizada uma análise de fidelidade dos resultados recorrendo ao acordo intra-avaliador, dito de outro modo, proceder-se a duas correções dos desenhos recolhidos após um intervalo de tempo e ao acordo inter-avaliador, recorrendo a uma correção dos desenhos através de um outro avaliador. No entanto, poderão ser apontadas com metas futuras na investigação do DFC, tendo como referência as críticas que esta técnica projetiva tem sido alvo ao longo dos anos, nomeadamente, no que se refere ao sistema de interpretação e cotação dos desenhos, implícito no Manual Interpretativo proposto por Burns e Kaufman, em 1970. Para alguns autores, o instrumento continua a ter normas inadequadas e uma validade questionável (Thorne, 2012; Handler & Habenicht, 1994). Pode, ainda, ser apontada como uma limitação o tamanho da amostra do estudo, devendo ser indicado para investigações futuras uma amostra mais extensa.

Referências

- Abell, S. C., Wood, W., & Liebman, S. J. (2001). Children's Human Figure Drawings as Measures of Intelligence: The Comparative Validity of Three Scoring Systems. *Journal of Psychoeducational Assessment, 19*(3), 204–215.
- Almeida, A. N. D., Alves, N. D. A., & Delicado, A. (2011). As crianças e a internet em Portugal: perfis de uso. *Sociologia, Problemas e Práticas, 65*, 9-30.
- Anastasi, A., & Urbina, S. (2000). *Testagem psicológica* (7ª ed.). Porto Alegre: ArtMed Editora.
- Bardin, J. (2013). *Le dessin des dysphasiques: étude de 19 enfants âgés de 7 à 12 ans à travers 6 épreuves* (Dissertação de Doutoramento). Faculdade de Medicina. Nice, França.
- Barraza, L. (1999). Children's drawings about the environment. *Environmental education research, 5*(1), 49-66.
- Carneiro, F., & Gonçalves, R. A. (1987). O teste do desenho da árvore: a relação tronco/coroa. *Jornal de Psicologia, 6*(4), 3-8.
- Carneiro, F. (1992). Técnicas Projectivas derivadas do teste do desenho da árvore. *Revista Portuguesa de Pedagogia, 26*(2), 321-342.
- Callegaro Borsa, J. (2010). Considerações sobre o uso do teste da Casa-Árvore-Pessoa-HTP. *Avaliação Psicológica, 9*(1), 151-154.
- Chappell, P. A., & Steitz, J. A. (1993). Young Children's Human Figure Drawings and Cognitive Development. *Perceptual and Motor Skills, 76*(2), 611–617.
- Coelho, J. (1993). *Mecanismos de defesa no desenho infantil* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Lisboa, Portugal.
- Corman, L (1967). *El Test Del Dibujo de la Familia*. Buenos Aires, Argentina: Kapelusz.
- Corman, L. (1985). *Le test du dessin de famille* (5ª ed.). Paris: PUF
- Cramond, B., Matthews-Morgan, J., Bandalos, D., & Zuo, L. (2005). A report on the 40-year follow-up of the Torrance Tests of Creative Thinking: Alive and well in the new millennium. *Gifted Child Quarterly, 49*(4), 283-291.
- Cunha, J. A. (2009). *Psicodiagnóstico-v*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Da Costa, M. I. L. (1952). O Teste do Desenho de Fay: aferição nas crianças portuguesas. *Revista Portuguesa de Filosofia, 8*(4), 413-423.
- Fawson, S. (2009). Drawing development: Historical perspectives, developmental stages, current approaches. *The Psychology of Education Review, 33*(1), 3-9.
- Goldman, J., Stein, C. L. E., & Guerry, S. (1983). *Psychological methods of child assessment*. New York: Brunner/Maxel.
- Groth- Marnat, G. (1997). *Handbook of psychological assessment* (3th ed). Hoboken, New Jersey: Wiley & Sons.
- Habenicht, D., Shaw, J. Bradley, L. (1990, March). *Black Children Draw Their Families: Some Surprises*. Paper presented at the annual convention of the American Association for Counseling and Development, Cincinnati, Ohio.

- Hagood, M. M. (2003). The use of the Naglieri Draw-a-Person test of cognitive development: a study with clinical and research implications for art therapists working with children. *Art therapy, 20*(2), 67-76.
- Handler, L., & Habenicht, D. (1994). The kinetic family drawing technique: A review of the literature. *Journal of personality assessment, 62*(3), 440-464.
- Kamphaus, R. W., & Pleiss, K. L. (1991). Draw-a-Person techniques: Tests in search of a construct. *Journal of School Psychology, 29*(4), 395-401.
- Kim, K. H. (2006). Can we trust creativity tests? A review of the Torrance Tests of Creative Thinking (TTCT). *Creativity research journal, 18*(1), 3-14.
- Klumpp, C. F. B. (2017). *Estudos de fidedignidade e evidências de validade para o desenho da família cinética* (Dissertação de Doutorado). Centro Universitário Fieo, Osasco, Brasil.
- Knoff, H. M., & Prout, H. T. (1985). The Kinetic Drawing System: A review and integration of the kinetic family and school drawing techniques. *Psychology in the Schools, 22*(1), 50-59.
- Koppitz, E. M., Sullivan, J., Blyth, D. D., & Shelton, J. (1959). Prediction of first grade school achievement with the Bender Gestalt Test and human figure drawings. *Journal of Clinical Psychology, 15*, 164-168.
- Laak, J. T., De Goede, M., Aleva, A., & Rijswijk, P. V. (2005). The Draw-A-Person test: An indicator of children's cognitive and socioemotional adaptation?. *The Journal of Genetic Psychology, 166*(1), 77-93.
- Luquet, G. H. (1974). *O desenho infantil*. Porto: Civilização Editora.
- McCarthy, D. (1944). A study of the reliability of the Goodenough drawing test of intelligence. *The Journal of Psychology, 18*(2), 201-216.
- Malchiodi, C. A. (1998). *Understanding children's drawings*. New York: The Guilford Press.
- McCarthy, D. (1944). A Study of the Reliability of the Goodenough Drawing Test of Intelligence. *The Journal of Psychology, 18*(2), 201-216.
- McPhee, J. P., & Wegner, K. W. (1976). Kinetic-Family-Drawing styles and emotionally disturbed childhood behavior. *Journal of Personality Assessment, 40*(5), 487-491.
- Miguel, F. K. (2014). Mitos e verdades no ensino de técnicas projetivas. *Psico-USF, 19*(1), 97-106.
- Miller, D. N., & Nickerson, A. B. (2006). Projective assessment and school psychology: Contemporary validity issues and implications for practice. *The California School Psychologist, 11*(1), 73-84.
- Myers, D. V. (1978). Toward an objective evaluation procedure of the Kinetic Family Drawings (KFD). *Journal of Personality Assessment, 42*(4), 358-365.
- Oakland, T., Douglas, S., & Kane, H. (2016). Top ten standardized tests used internationally with children and youth by school psychologists in 64 countries: A 24-year follow-up study. *Journal of Psychoeducational Assessment, 34*(2), 166-176.

- Oliveira, E., Almeida, L., Ferrándiz, C., Ferrando, M., Sainz, M., & Prieto, M. D. (2009). Tests de pensamento criativo de Torrance (TTCT): elementos para la validez de constructo en adolescentes portugueses. *Psicothema*, 21(4), 562-567.
- Rabin, A. I. (2001). Projective techniques at midcentury: A retrospective review of an introduction to projective techniques by Harold H. Anderson and Gladys L. Anderson. *Journal of Personality Assessment*, 76(2), 353-367.
- Raven, J. C., Court, J. H., & Raven, J. (1998). *Manual for Raven's Progressive Matrices and Vocabulary Scales: Section J: Introducing parallel versions of the CPM and SPM together with a more powerful version of the SPM (SPM-Plus)*. Oxford: Oxford Psychologists Press.
- Rosset, C. M. (Ed.). (2005). *Evaluación psicológica: concepto, proceso y aplicación en las áreas del desarrollo y de la inteligencia*. Madrid: Sanz y Torres.
- Saneei, A., & Haghayegh, S. A. (2011). Family drawings of Iranian children with autism and their family members. *The Arts in Psychotherapy*, 38(5), 333-339.
- Scott, L. H. (1981). Measuring intelligence with the Goodenough-Harris Drawing Test. *Psychological Bulletin*, 89(3), 483-505.
- Silva, R. B. F., Pasa, A., Castoldi, D. R., & Spessatto, F. (2010). O desenho da figura humana e seu uso na avaliação psicológica. *Psicologia Argumento*, 28(60), 55-64.
- Silva, D. R., & Herzberg, E. (2017). Desenho da Figura Humana: avaliação da imagem corporal na deficiência física. *Avaliação Psicológica: Interamerican Journal of Psychological Assessment*, 16(1), 106-115.
- Simões, M. R. (2000). *Investigações no âmbito da aferição nacional do teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian & Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Taylor, W. D., & Lee, C. M. (2015). *Human Figure Drawings*. The Encyclopedia of Clinical Psychology (1sted.). New Jersey: John Wiley & Sons, Inc.
- Thorne, V. J. (2012). *Concurrent validity of the Kinetic family drawing assessment as a measure of depression* (Master Dissertation). Emporia State University, Kansas.
- Wagner, E. E. (2003). Defining projective techniques: Finding common ground for discourse. *Psychological Reports*, 92(3), 951-956.
- Wechsler, S. M., & Schelini, P. W. (2002). Validade do desenho da figura humana para avaliação cognitiva infantil. *Avaliação Psicológica*, 1(1), 29-38.
- Wegmann, P., & Lusebrink, V. B. (2000). Kinetic Family Drawing scoring method for cross-cultural studies 3. *The Arts in Psychotherapy*, 3(27), 179-190.
- Willcock, E., Imuta, K., & Hayne, H. (2011). Children's human figure drawings do not measure intellectual ability. *Journal of Experimental Child Psychology*, 110(3), 444-452.

Anexos

Anexo I

Pedido de Colaboração para a Realização de um Projeto de Investigação

Coimbra, ___ de _____ de 201_

Exma. Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas Dr. António Granjo,

Assunto: Pedido de colaboração para realização de trabalho no âmbito de um projeto de investigação

Na qualidade de orientador da dissertação de mestrado da aluna Ana Margarida Ferreira Alves, solicito a V. Ex.^a autorização para que possamos proceder à aplicação de um instrumento de avaliação psicológica designado “Desenho da Família Cinética”. O objetivo principal desta investigação será procurar testar evidências de validade para este instrumento, nomeadamente no que se refere à frequência normativa das temáticas abordadas no desenho, assim como, os aspetos desenvolvimentais do desenho, ou seja, as fases que o desenho atravessa até chegar ao seu último estágio. Para concretizar os objetivos mencionados, em termos metodológicos, ficou definido que: i) a amostra deverá ter um mínimo de 50 alunos com idades compreendidas entre os 7 e os 8 anos, nomeadamente, um grupo de 25 alunos entre os 7 anos 0 meses e os 7 anos 11 meses, e um segundo grupo de 25 alunos entre os 8 anos 0 meses e os 8 anos 11 meses; ii) excluem-se as crianças que tenham um diagnóstico ou sinalização prévia de dificuldades de aprendizagem gerais ou específicas ou outro problema neurodesenvolvimental (como, por exemplo, a Perturbação de Hiperatividade e Défice de Atenção; deficiência intelectual). A aplicação da prova é individual e requer, em média, 15 a 20 minutos. O protocolo de avaliação integra ainda um teste de inteligência (Teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven), que será aplicado em pequenos grupos (4 elementos) e com duração prevista de 10 a 15 minutos. Toda a informação recolhida será confidencial, far-se-á de acordo com a disponibilidade e consentimento informado dos participantes, assegurando-se o seu anonimato. Assegura-se também a possibilidade de devolução de informação aos pais ou encarregados de educação que manifestem esse interesse. Prevê-se o início dos trabalhos para o mês de fevereiro, depois de apuradas as disponibilidades. Lembra-se que a aluna se deslocará à escola antes do início da recolha de dados, sempre que necessário.

Para qualquer informação adicional, pedimos o favor de contactarem:

- 1) Margarida Alves, guida752@hotmail.com, 932470083
- 2) Marcelino Pereira, marc.pereira@fpce.uc.pt, 239851450

Na expectativa de que este assunto merecerá a melhor atenção de V.^a Ex.^a, apresentamos os nossos melhores cumprimentos.

Anexo II

Consentimento Informado dos Encarregados de Educação

MODELO DE TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

A – Dados sobre a investigação

1. Título: Desenho da Família Cinética
2. Investigador responsável: Marcelino Arménio Martins Pereira
3. Cargo/Função: Professor Associado da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

B – Objectivos

O objetivo é realizar um estudo sobre o Desenho da Família Cinética (técnica projetiva) em crianças de 7 a 8 anos. Todos os dados recolhidos serão mantidos em sigilo. A investigação procura testar evidências de validade para o instrumento utilizado, nomeadamente no que se refere à frequência normativa das temáticas abordadas no desenho. O propósito final desta investigação é ampliar os instrumentos de diagnóstico e intervenção nas áreas da Psicologia da Educação e do Desenvolvimento, para que seus profissionais tenham maior compreensão e melhores resultados na intervenção, nomeadamente nos grupos que apresentam perturbações do neurodesenvolvimento. Ou seja, consideramos que a técnica de avaliação em análise poderá contribuir para uma avaliação mais global e dinâmica da criança, auxiliando, posteriormente, nas tomadas de decisão no que se refere à intervenção e/ou encaminhamento para outros profissionais das áreas da saúde e/ou educação de que a criança eventualmente venha a carecer.

B.Procedimentos

O seu filho irá realizar individualmente, durante sua sessão de atendimento na escola, numa folha de papel branca, com um lápis grafite preto e borracha, o desenho de “uma família fazendo alguma coisa”. Responderá ainda a um teste de inteligência (Teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven).

Informamos que os pais poderão ter acesso, a qualquer momento, às informações sobre os procedimentos, riscos e benefícios relacionados com esta investigação, inclusive para esclarecer eventuais dúvidas, entrando diretamente em contacto com o responsável do projecto: Marcelino Pereira, marc.pereira@fpce.uc.pt.

Salvaguarda-se a confidencialidade, sigilo e privacidade dos seus dados, sendo que sua imagem e nome não serão divulgados em momento algum. De facto, os dados obtidos nos testes serão apresentados somente como médias e de forma anónima.

Consentimentos pós-esclarecido

Declaro que, após convenientemente esclarecido pelo investigador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar no presente Projeto de Investigação, ciente que devo receber uma cópia deste documento.

_____, _____ de _____ de 2019

Assinatura do pai/mãe ou responsável legal

Investigador Responsável (Marcelino Pereira)